

| | | | | |
|------------------------------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| Semanário 16-11-2007 | Periodicidade: | Semanal | Temática: | Política |
| | Classe: | Informação Geral | Dimensão: | 816 cm² |
| | Âmbito: | Nacional | Imagem: | S/PB |
| | Tiragem: | 60000 | Página (s): | 16 |

JAMILA MADEIRA AO SEMANÁRIO

“Quem quer o referendo e depressa está a brincar com os cidadãos”

Jamila Madeira, em

entrevista ao

SEMANÁRIO, analisa

a presidência portuguesa

da União Europeia e

afirma que o novo

tratado “soube-lhe a

pouco”, considerando o

referendo por muitos

exigido, não mais do que

um “fait-divers” político,

“se não houver tempo

para o discutir e envolver

os cidadãos”, mantendo a

confiança da sua

ratificação antes de 2009

em Lisboa.

MARCO MATOS FERNANDES



| | | | | |
|------------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| Semanário | Periodicidade: | Semanal | Temática: | Política |
| | Classe: | Informação Geral | Dimensão: | 816 cm² |
| | Âmbito: | Nacional | Imagem: | S/PB |
| | Tiragem: | 60000 | Página (s): | 16 |

16-11-2007



Jamila Madeira considera que Durão Barroso esta a cumprir o seu papel

está Portugal aos olhos da União Europeia?

Neste momento, Portugal está a passar um conjunto de desafios, um deles a presidência da UE, que está a desempenhar com bastante profissionalismo e rigor, procurando atingir metas não só nacionais como metas que extravasam as nossas fronteiras. A questão do novo tratado é crucial para Portugal mas também para a Europa. Abraçamos essa meta até à sua ratificação, e até agora fomos bem sucedidos. A flexisegurança é outra questão crucial, mas que precisa de ter uma adequação à realidade portuguesa para cumprir os dois objectivos a que está associada. A questão da política marítima europeia é também um dossier crucial para Portugal e para a UE. Estes são três exemplos de grandes "dossiers" que fazem a diferença e que mostram que, em termos nacionais, temos uma visão, estamos a trabalhar para o futuro apesar de estarmos a cumprir

bastantes objectivos em termos orçamentais.

Relativamente ao novo Tratado Europeu, quais são as diferenças deste relativamente ao anterior texto referenciado como Constituição Europeia?

Eu gostava muito da Constituição. O actual tratado é um tratado reformador que organiza um pouco mais aqueles que são os textos com que tínhamos de lidar. No entanto, não deixa de ser um acumulado de tratados e que para o usufruto do cidadão é mais difícil, ao passo que a constituição era um texto só, pesado, difícil, mas muito mais simples do que qualquer solução que se pudesse arranjar. O facto de não termos chegado a acordo e de terem existido dois "nãos" à constituição, levou à necessidade de interpretar essas questões, conseguindo-se encontrar o novo tratado como forma de chegar a um consenso.

Então a Constituição era preferível, mas era um passo demasiado longo para a Europa?

Talvez. Quando a constituição foi aprovada se calhar tive a mesma reacção que tive agora com o tratado: 'soube-me a pouco'. Ainda queria mais, mas foi o acordo possível na altura e, quando trabalhamos nos tratados europeus, trabalhamos na base da unanimidade e portanto não era possível ir mais longe. Este tratado foi trabalhado no mesmo contexto e, portanto, aquilo que temos é bastante bom.

Quais são os pontos mais fortes do novo tratado?

Os pontos mais positivos deste tratado foram manter e continuar a dar embora com um instrumento mais pesado, força aos cidadãos de puderem ter iniciativa propositiva junto das instituições europeias, onde um milhão de cidadãos europeus poderão propor uma iniciativa, significando um es-

| | | | | |
|------------------------------------|----------------|-------------------------|-------------|---------------------------|
| Semanário 16-11-2007 | Periodicidade: | Semanal | Temática: | Política |
| | Classe: | Informação Geral | Dimensão: | 816 cm² |
| | Âmbito: | Nacional | Imagem: | S/PB |
| | Tiragem: | 60000 | Página (s): | 16 |

paço de participação e de proximidade muito grande. O manter associado ao tratado a carta dos direitos fundamentais, apesar de não ser um capítulo, para mim é também crucial. Outro ponto positivo é o equilíbrio que foi mantido entre a população e o número de estados, ou seja, nem por sermos muitos estados ganhamos mais, nem por ser pouca população ganhamos menos. Tentou-se promover esse equilíbrio que é saudável e é promotor de uma lógica de coesão que queremos salvaguardar.

Está confiante numa ratificação antes de 2009 e em Lisboa?

É isso que está previsto. Existem algumas questões, concretamente o referendo na Irlanda e o facto de não existir um governo na Bélgica e que até lá ainda têm que encontrar para resolver este problema. São questões que não cabe a nós resolver. A questão da Dinamarca e do dissídio quanto ao local da ratificação é uma questão menor e de fácil solução, as outras duas soluções são mais pesadas.

O PS e o PSD prometeram nas respectivas campanhas eleitorais fazer referendo ao tratado. Considera boa opção não o fazer?

Vivi vários momentos difíceis com referendos, porque considerei que nem sempre houve o tempo para as pessoas reflectirem, beberem a informação necessária e portanto não ser um acordar bem ou mal disposto, mas ir votar como um acto verdadeiramente de cidadania consciente. Votar num tratado reformador, onde o compromisso era votar um tratado constitucional, é algo muito complicado, técnico, entra por parâmetros

fora do normal do dia-a-dia dos cidadãos e exige muita atenção e dedicação para perceberem e estarem conscientes daquilo que querem e que não querem. Acho que é positivo haver referendo se tivermos tempo para o discutir e envolver os cidadãos nisso. Se não for para isso, não vale a pena, é apenas um “fait-divers” político e não um acto de cidadania. Quem pede isto e depressa está literalmente a brincar com o cidadão, porque sabe que mesmo aqueles que estudaram tratados não se sentem muito confortáveis a comentar aqui ou ali e é certo que vai ter que ser uma decisão política e um acto de responsabilidade perante a UE.

Como classifica a actuação da presidência portuguesa tendo em conta a intenção de Portugal aproximar a UE de outras potências mundiais?

Estas áreas são muito sensíveis e inovadoras, porque é uma matéria que começa a ter um grande peso nos tratados e na lógica de “trilogo”. Já não é só a comissão que define a política externa da UE, agora é uma política concertada a 27 que vai passar a ter um ministro dos negócios estrangeiros e que o Parlamento tem um palavra a dizer não só orçamental, mas da maneira como ela é seguida. Portugal, com as cimeiras que realizou, apresentou uma credibilidade especial, em particular relativamente a África e ao Brasil. Essa credibilidade é maior relativamente aos nossos pares europeus, pois somos vistos de uma maneira diferente, com mais abertura, franqueza e confiança. É uma vantagem para a EU estreitar esses laços, e foi particularmente relevante porque a estratégia da UE com Brasil não existia e só agora com a presidência portuguesa é que

começa a ser desenvolvida, permitindo-nos dizer que abrimos a porta a um continente irmão, nas suas relações com o espaço económico e social mais ambicionado do mundo.

Durão barroso desde que é presidente da Comissão Europeia tem desempenhado bem o seu papel?

Eu julgo que tem feito o seu papel. Teve os seus altos e baixos mas neste momento estabilizou e dificilmente poderia desempenhar as suas funções de maneira diferente da que tem desempenhado.

Considera que a entrada da Turquia será positiva para a UE?

Eu acho que é uma discussão muito importante, mas muito delicada, pois foram postos em cima da mesa um conjunto de critérios que nunca podem ser escamoteados e que para as negociações avançarem tinham que ser cumpridos, mas não pode a UE a cada passo ir acrescentando novos “dossiers”.

No entanto, julgo que eles já deram vários passos positivos no cumprimento dos critérios impostos, ao contrário do que muita gente estaria à espera. Têm alguns problemas internos que não podemos remediar e também têm alguns problemas com alguns estados membros, portanto nós temos que juntar as peças todas e perceber efectivamente o que interessa e o que não interessa à UE. A Turquia tem se empenhado economicamente, administrativamente, legislativamente, falta talvez desenvolver essa osmose para a sociedade, mas a sociedade não se muda só com leis. As leis são boas indicadores mas temos que dar tempo ao tempo. |